

Renda nacional *

ANTONIO DIAS LEITE JR.

IX

SERVIÇOS DO GOVERNO

A avaliação dos serviços prestados pelo Governo é de tal modo diferente da dos serviços das atividades privadas, que necessita de estudo em separado.

Para simplificarmos, dividiremos as atividades do Governo em dois grupos. As atividades, industriais ou não, correspondentes a prestação de um serviço ou a uma produção bem definida e pela qual sejam cobradas taxas ou preços que se possam dizer correntes, enfim, aquelas a cujos produtos se pode dar preço de mercado, serão, para os fins da nossa estimativa, retiradas das contas do Governo e transferidas para o setor das atividades privadas.

O resultado da produção desse primeiro grupo de atividades do Governo, seja positivo ou negativo, será, então, a única parcela a figurar nas nossas contas simplificadas do Governo. Os deficits, onde forem verificados, poderão ser considerados subsídios do Governo, tal como se faz com o setor privado. Feita essa operação, no "Governo" consideraremos apenas as atividades tipicamente distintas das que caracteri-

(*) Segunda e última parte do artigo sob o mesmo título publicado no n.º 2 (Dezembro de 1947) desta REVISTA.

zam o setor privado. Nêle serão incluídos os serviços de Justiça, Defesa, Administração Geral etc.

O Govêrno, para obter receitas, uma vez que os seus serviços não são vendidos no mercado, lança mão das seguintes fontes principais:

RUBRICAS	CONVENÇÃO UTILIZADA NOS QUADROS I, II e III (*)
Impostos diretos (cobrados dos consumidores)	(6)
Impostos indiretos (cobrados das emprêsas) ..	(10)
Operações de crédito	(7)
Resultado das emprêsas industriais do Govêrno que transferimos do setor privado.	(15)

E realiza os seguintes dispêndios:

Consumo de bens e serviços produzidos no setor privado.	(12)
Parte dêste consumo representada por bens duráveis.	(12a)
Parte representada por bens de consumo.	(12b)
Pagamentos aos fatôres da produção (ordenados e demais compensações aos empregados)	(11)
Pagamentos aos fatôres da produção (?) (Juros da dívida pública)	(8)
Subsídios ao setor privado	(16)

Com essa enumeração não queremos mencionar tôdas as rubricas das contas do Govêrno mas apenas as principais, as que interessam realmente ao nosso estudo. Temos, assim, a igualdade fundamental que usaremos frequentemente para várias transformações dos quadros I, II e III:

$$(6) + (7) + (10) + (15) = (8) + (11) + (12) + (16)$$

Do exame do funcionamento econômico financeiro do Governo, verificamos a existência de dois fatos principais que o diferenciam do setor privado:

A) A escolha entre impostos e operações de crédito para fonte de receita e a divisão do total a ser angariado por meio de impostos, entre diretos e indiretos, são decisões dependentes da política econômica do Governo e não têm, obrigatoriamente, relação com o valor global dos serviços por êle prestados, nem tão pouco com o destino desses serviços: consumidores ou produtores.

B) Os serviços produzidos não têm valor no mercado.

Em conseqüência, pelo menos à primeira vista, não podemos aplicar ao cálculo das atividades do Governo os métodos adotados para o setor privado. Várias soluções têm sido propostas e até hoje nenhuma delas satisfaz plenamente. As soluções podem ser grupadas em tórno de dois princípios distintos:

1.º) Pelo custo da produção. Consiste em se avaliar os serviços realizados pelo Governo pelo seu custo, isto é, somando os pagamentos aos fatores da produção: trabalho e capital. Os pagamentos em compensação ao trabalho realizado nos serviços públicos são inequívocos: salários, ordenados, pagamentos em espécie, seguro social, etc. Já a questão do capital aplicado pelo Governo para prestação de serviços permite várias interpretações. A mais simples considera os juros pagos sobre a dívida pública como correspondentes ao rendimento do capital empregado pelo Governo. Assim procedia até há pouco o Departamento de Comércio dos EE.

UU. ⁽¹⁴⁾ No fundo, admite êsse método que a dívida pública seja equivalente ao capital investido pelo Govêrno e utilizado para a produção de serviços. Essa hipótese não pode ser admitida gratuitamente, sem verificação. Na Suíça foi averiguado que o valor dêsses capitais aplicados pelo Govêrno corresponderia a rendimento um pouco superior ao valor dos juros efetivamente pagos sôbre a dívida pública e por isso foi julgado justificável o seu cômputo no cálculo da renda nacional como parte do pagamento aos fatôres da produção. Já o trabalho americano mais recente, do mesmo Departamento do Comércio, deixa de incluir êsses juros. ⁽¹⁵⁾ Considera agora: êsse Departamento que, tendo sido o grosso da dívida pública criado para financiamento da guerra e despesas correntes, longe estaria o montante da dívida do valor realmente investido pelo Govêrno sob formas que prestem serviço à economia nacional e não se justificaria, assim, a inclusão dos juros como representativos de pagamentos a fatôres. Também na Inglaterra e na França, países com enormes dívidas de guerra, êsses juros não têm sido computados. Para todos êsses países o custo dos serviços do Govêrno ou valor adicionado pelo Govêrno é considerado igual aos pagamentos de salários, ordenados, e semelhantes.

Ainda neste mesmo grupo de soluções se encontram aquêles que têm proposto a consideração do Govêrno do mesmo modo como têm sido avaliados os serviços das instituições que fornecem serviços

(14) *U. S. Department of Commerce — Bureau of Foreign and Domestic Commerce, NATIONAL INCOME IN THE UNITED STATES 1929/35. Washington, 1936.*

(15) *Ob. cit. (6)*

grátis e que vivem de patrimônios e donativos. Para execução dos serviços, contam essas entidades com duas espécies de renda: donativos ou transferência do setor privado e rendas do patrimônio ou juros e dividendos do capital aplicado. Para os fins das contas que estudamos no n.º X (quadros I, II e II), uma instituição dessas entra, de um lado, com o valor dos serviços prestados, pelo custo, e de outro é incluída parcela correspondente nas rendas dos indivíduos que forneceram donativos e nos rendimentos do capital que pertence à Instituição. De modo semelhante poderíamos considerar o Govêrno de um lado com o valor dos serviços pelo seu custo, do outro aparecendo valores correspondentes a êsse custo. Isso não acontece agora, dada a maneira normal de se calcular o setor privado, pois, se incluídos nos rendimentos dos particulares sob a forma de impostos diretos aparece parte do custo, deixa de aparecer, incluída em qualquer parcela, a outra parte do custo financiada pelos impostos indiretos. Supondo o Govêrno uma Fundação que preste serviços gratuitos, apareceria a necessidade de modificar o cálculo do setor privado a fim de que desaparecesse a diferença motivada pelo fato de serem os impostos indiretos normalmente deduzidos da produção privada. Como soluções possíveis encontraríamos: incluir os impostos indiretos nas rendas dos setores privados a êles correspondentes ou ainda deduzir quantia igual ao valor dos impostos indiretos no fim da totalização da produção privada ou ainda por uma terceira forma, deduzindo-os na base de incidência. ⁽¹⁶⁾

(16) Para uma exposição detalhada do assunto ver: J. LINDEMAN — *Income Measurement as affected by Government Operations* e a crítica a êsse trabalho por CLARK WARBURTON — *Studies in Income and Wealth* — National Bureau of Economic Research. Vol. six. N. Y. 1943.

2.º) Cálculo pelos pagamentos ou preços do mercado.

Admite o Govêrno como empresa particular, considerando-o proprietário de um capital equivalente à dívida pública, e sobre o qual paga juros. Considera ainda o valor de venda dos seus serviços equivalente aos impostos diretos mais impostos indiretos, representando êstes, respectivamente, serviços prestados ao consumidor ou serviços finais e serviços prestados às empresas ou serviços intermediários. Chama-se a êsse processo "preços do mercado" porque considera os pagamentos feitos sob a forma de impostos diretos e indiretos como representativos dos preços do mercado correspondentes aos serviços do Govêrno. ⁽¹⁷⁾

Temos, por êsse processo:

Renda produzida pelo Govêrno = (6) + (10) + + (15) — (121) — (16) pela igualdade que estabelecemos no início dêste n.º IX;

Renda produzida pelo Govêrno = (8) + (11) — — (7) + (12a).

A diferença (12a) — (7) chama KUZNETS economias do Govêrno.

Por falta de contabilidade pública adequada, sugere o autor dêsse processo o cálculo das economias do Govêrno pela diferença entre os novos investimentos em obras públicas e o aumento da dívida pública. Êste processo tem como característica fundamental fazer com que as contas do Govêrno se apresentem de perfeito acôrdo com as do setor privado.

(17) Explicação com exemplos numéricos se encontra no trabalho LORETO M. DOMINGUEZ, *Renta Nacional, su significado y medición*, três artigos nos ns. 12, 13 e 14 de *Estadística-Journal of the Inter American Statistical Institute*, México, dezembro, 1945, a junho, 1946.

Um equilíbrio muito lógico é conseguido assim entre os pagamentos realizados e a sua aplicação (quadro III). O sentido econômico da divisão dos serviços prestados é, no entanto, duvidoso. Especialmente durante a guerra passada ficaram as estimativas de KUZNETS bastante deturpadas pela parte importante que tomou o financiamento de despesas por meio de empréstimos. Em qualquer época, aliás, o Governo modifica o sistema de financiamento de seus serviços, fazendo-o ora por meio de impostos ora por meio de empréstimos e se, em determinado intervalo de tempo, é mantida inalterável a quantidade de serviços prestados, o total de KUZNETS será diferente, dependendo do método de financiamento. A luz do princípio de que o total da renda deve ser líquido no sentido de excluir os consumos intermediários, parece à primeira vista perfeito o método de KUZNETS, ao menos contabilmente. Esse resultado é obtido à custa, porém, de uma arbitrariedade, a qual é a divisão dos serviços do Governo entre finais e intermediários na base da incidência dos impostos. Os críticos desse processo dão grande importância a essa arbitrariedade. No próprio Núcleo de Economia o Professor HABERLER, que compareceu a várias reuniões quando de sua estada no Brasil, mostrou-se absolutamente contrário à adoção do método de KUZNETS. Devemos acentuar, entretanto, que todos os outros métodos de avaliação de produção do Governo incluem também decisões arbitrárias: a maioria delas consideram, aliás, o total das atividades do Governo como produtos finais. Ao que sabemos, só na Suécia está sendo feita tentativa de distribuição dos serviços prestados pelo Governo às empresas e aos consumidores. ⁽¹⁸⁾

(18) Ob. cit. (7).

O método de KUZNETS durante a situação anormal criada pela guerra mundial não se adaptou bem às modificações profundas sofridas pela economia nacional dos Estados Unidos. Foi indispensável modificá-lo em parte, principalmente o produto bruto, a fim de compreender as despesas de guerra. ⁽¹⁹⁾ As modificações introduzidas por KUZNETS no seu conceito inicial fizeram, aliás, que os seus resultados perdessem em grande parte aquêlê aspecto de equilíbrio entre recebimentos e dispêndios que representava um dos pontos básicos de sua defesa.

Dadas as condições especiais para as quais foi projetado êsse segundo método de KUZNETS, e como estamos nos preocupando com o que possa interessar ao nosso país, deixamos de entrar em pormenores. Os interessados encontrarão no trabalho citado acima ampla discussão do assunto. ⁽²⁰⁾

Uma vez que o equilíbrio desejado por KUZNETS fica desfeito, parece-nos sem sentido a manutenção daquela linha de demarcação arbitrária entre os serviços finais e intermediários. E' essa a posição assumida pelos estimadores do Departamento de Comércio. ⁽²¹⁾ Na impossibilidade de se encontrar uma linha de demarcação lógica, consideram todos os serviços do Govêrno como finais, fazendo dêle um agente dos consumidores. No cálculo do produto nacional bruto, segundo o Departamento do Comércio, aparece então do lado do dispêndio uma parcela que é igual à soma de todos os pagamentos feitos pelo Govêrno para o fim de salários, ordenados, etc., e compra de produtos e serviços provenientes do setor privado.

(19) SIMON KUZNETS, *National Product, War and Prewar*, National Bureau of Economic Research, N.Y., 1944.

(20) Ob. cit. (19).

(21) Ob. cit. (6).

X

PRINCIPAIS TOTAIS UTILIZADOS

Da fusão das classificações parciais realizadas nos ns. VI a IX, resulta a possibilidade de realização de grande número de totais finais diferentes.

A maioria dêsses é desprovida de qualquer interesse teórico ou prático e podemos ocupar-nos apenas com aquêles que são usados. Sob o ponto de vista teórico o critério fundamental, de uso mais geral, e em tôrno do qual podemos fazer girar todos os outros, é o da renda nacional líquida pelos fatores da produção (conforme *b*) do n.º VI. No tocante ao Govêrno, é raro haver concordância, não podendo ser encontrada a preferência geral; no entanto, a tendência parece ser no sentido de somar salários e juros, exceto nos países de dívida de guerra grande, que excluem os juros. O segundo total importante será obtido de maneira idêntica ao anterior, porém aos preços do mercado, incluindo a mais os impostos indiretos. Cada vez mais utilizados têm sido os conceitos brutos aos preços do mercado. São dêsse tipo os totais a que os americanos chamam "produto bruto".

O trabalho estatístico de apuração, sendo bem planejado, permitirá a passagem de um total para o outro, pela simples adição ou subtração das parcelas que constituem as diferenças.

E' conveniente, sempre que possível, que as estatísticas de renda sejam feitas de acôrdo com um sistema semelhante ao da Contabilidade por partidas dobradas. Teremos, assim, totais equivalentes, do lado dos recebimentos e do lado do dispêndio por conta da renda nacional. Nem sempre os totais utilizados nos dão essa possibilidade, devido principalmente à consideração do Govêrno.

Nos quadros I, II e III encontram-se três resumos dos principais resultados que se podem obter.

Operações análogas nos permitiriam ir passando de um total a outro. Não tem, porém, interêsse a discriminação completa, uma vez que os acima mencionados são os principalmente usados. Embora os quadros indicados sejam de fácil compreensão, nem sempre na prática será possível aplicá-los a resultados que não venham apresentados sob essa forma. Em particular, quando se tem em vista comparações internacionais e não se pode dispor dos elementos estatísticos básicos com os quais foram preparadas as estimativas, deparamo-nos com a falta de informações suficientes. No problema da comparação internacional, aparece ainda a dificuldade resultante dos assuntos tratados no n.º V. A comparação internacional é, aliás, sempre precária, pois as diferenças nas organizações social e econômica dos diferentes países acarretam diferenças nos resultados dos cálculos obtidos a partir do mesmo esquema teórico. Os sistemas de gostos e necessidades dos diferentes povos trazem dificuldades que, pelo menos hoje, parecem insuperáveis. Além disso, os problemas introduzidos pela conversão de moedas trazem ainda outro fator de erro. Se a moeda de um país, como divisor comum para a avaliação de sua produção interna, está sujeita a numerosas deficiências, muitos mais agravadas essas se encontrarão quando tivermos que escolher uma só moeda que permita comparar resultados de vários países.

A comparação internacional dos totais de renda nacional em valor absoluto deverá ser considerada com reserva. Já a comparação das variações relativas, de ano para ano, para cada país, são muito mais dignas de confiança.

XI

MÉTODOS DE CÁLCULO

O método de cálculo depende:

A) Do conceito ou dos conceitos adotados para o total da renda nacional.

B Dos recursos estatísticos existentes e daqueles outros cuja obtenção é possível dentro de um prazo e de um custo compatíveis com o interesse depositado nos resultados.

De modo geral reconhece-se a existência de quatro métodos: ⁽²²⁾

1.º) Havendo possibilidade de se obter contas completas de tôdas as unidades economicamente produtivas do país, calcularíamos para cada unidade a receita bruta e deduzir-se-iam os pagamentos feitos a outras unidades e, conforme o caso, também as parcelas dispendidas para a conservação do capital e pagamento de impostos (2.º ponto, gráfico II).

2.º) No caso de haver documentação completa sobre os recebimentos dos indivíduos correspondentes à prestação de trabalho ou ao fornecimento de capital, teremos, pela soma dessas receitas, a renda nacional distribuída, bastando acrescentar as economias conservadas em poder das emprêsas, para se obter o total da renda nacional produzida (3.º ponto, gráfico II).

3.º) Se tivermos ainda estatísticas sobre o dispêndio realizado pelos indivíduos em bens de consumo e aplicação das economias dos consumidores, elas nos

(22) Ver *U. S. Dep. of Commerce*, ob. cit., (4) pág. 13 e *National Income of Sweden*, ob. cit. (7).

darão o consumo mais as economias dos consumidores, correspondendo, portanto, ao total de renda nacional distribuída. Suficiente será adicionarem-se as economias não distribuídas das empresas para termos a renda nacional produzida. Pode ser dado também sob o aspecto de consumo mais formação de capital (1.º ponto, gráfico I).

4.º) Um último aspecto pelo qual o cálculo poderia ser abordado: ainda utilizando os balanços ou dados estatísticos relativos às empresas será possível obter-se os pagamentos feitos por estas aos indivíduos. Somando-se a esse total as economias não distribuídas das empresas, teremos a renda nacional produzida (2.ª ponto, gráfico II).

O quarto método difere do 2.º: aquêlê lança mão das informações estatísticas provenientes das empresas e êste das estatísticas relativas aos indivíduos.

Os métodos devem ser estudados em conjunto com as classificações que podemos fazer do total da renda nacional. Êsse aspecto do cálculo é importante porquanto a classificação das diversas parcelas formadoras da renda nacional representa a parte principal dos estudos dessa natureza. De pouco serviria o conhecimento de um número global da renda nacional de um país, se não pudéssemos ter simultaneamente a sua classificação segundo uma ou mais das modalidades abaixo:

- Pelos tipos de pagamentos e economias;
- Por níveis de renda individual;
- Por ramos de atividade produtiva;
- Por tipos de dispêndio da renda: Consumo e suas principais rubricas e investimento e suas várias modalidades.

Raros são os países que até hoje têm conseguido a obtenção simultânea de tôdas essas classificações, pois algumas vêzes as estatísticas facilitam a obtenção de um resultado e as vêzes de outro. E' desnecessário acentuar terem todos os processos simplificados pouco sentido prático, porquanto não permitem estudo detalhado, segundo as modalidades acima.

Em face dessas várias modalidades de classificação, podemos então estudar como se apresentam os vários métodos de cálculo.

O primeiro não permite a classificação por tipos de pagamentos. Calculam-se os valores de créditos e dos débitos das várias unidades econômicas e da diferença resulta um valor global de renda produzida nas unidades. Por êsse método chega-se em geral a uma classificação por ramos de atividade.

Já o segundo permitirá classificação por níveis individuais de renda, por tipos de pagamentos e ramos de atividade. O terceiro fornecerá dados valiosos sôbre a aplicação da renda em consumo e economias dos consumidores. Não permitirá, porém, classificação por tipos de pagamento ou ramos de atividade. Finalmente, o quarto permite tanto a classificação por tipo de pagamentos como por ramo de atividades. O primeiro método é o único que nos dá o total da renda produzida, pois nos três últimos é necessário sempre se proceder a um cálculo independente das economias não distribuídas das emprêsas.

XII

RENDA NACIONAL E FLUXO DE PAGAMENTOS

Como tivemos ocasião de exemplificar no n.º V, existem na renda nacional parcelas que não corres-

pondem a nenhuma retribuição monetária. Por outro lado, no fluxo dos pagamentos que se realizam no interior de um país encontramos muitos pagamentos que, embora contribuindo para a formação das receitas dos indivíduos, no entanto, não são incluídas na renda desses indivíduos, deixando de entrar na renda nacional. Entre as primeiras podemos mencionar os produtos agrícolas consumidos na própria fazenda e entre os segundos as transferências entre indivíduos. A análise que temos de fazer das atividades econômicas de um país para obtenção dos dados para o cálculo de renda nacional, é tão completa que tem sido sugerido, ultimamente, aproveitar-se a oportunidade para levantar também o fluxo de pagamentos, tanto no interior do país como entre este e o exterior. Esta última parte é, aliás, por si só de importância transcendental e já entra nos programas normais das pesquisas nos países adiantados. O resultado da análise dos pagamentos entre o país e o exterior e vice-versa é apresentado com a denominação conhecida de Balanço de Pagamentos. Já o fluxo interno pouco tem sido estudado. Nos próprios E.E. U.U. esse estudo se encontra ainda no início. Trabalho interessante é o proposto por J. B. D. DERKSEN, na Holanda. ⁽²³⁾

Nesse trabalho foram feitos os seguintes grupamentos de atividades para o fim do estudo dos pagamentos:

- Emprêsas,
- Govêrno,

(23) J. B. D. DERKSEN — *A system of National Book. Keeping (Illustrated by the experience of the Netherlands Economy)* — Occasional Paper X, National Institute of Economic and Social Research — Cambridge Univ. Press — 1946.

- Consumidores,
- Economias coletivas (companhias de seguros, etc.),
- Economias externas,
- Contas combinadas de capital.

Na sua justificativa, o autor acentua as vantagens do processo utilizado para o levantamento desses produtos e que denomina de "Sistema de Contabilidade Nacional". Esse nome é devido ao fato de ser o trabalho feito à semelhança de uma conta de receita e despesa em contabilidade comercial. Fêz êle, para cada um dos grupamentos acima, uma conta de receitas e despesas combinadas, onde apresenta obrigatoriamente bem explícitos os recebimentos e pagamentos entre o grupo em questão e os outros. Com o conjunto de contas, fêz ainda uma representação gráfica muito interessante, e uma conta conjunta mediante a qual é calculada a renda nacional. Esta conta conjunta tem disposição semelhante às que apresentamos nos quadros: I, II e III.

Nos EE.UU., no programa do National Bureau of Economic Research ⁽²⁴⁾ consta a seguinte subdivisão da economia nacional para o estudo dos fluxos de pagamento: setor doméstico, emprêsas de atividade não financeira, fazendas, outras emprêsas privadas não financeiras, Govêrno Federal, Governos Municipais e Estaduais, sistema bancário, companhias de seguro de vida, outras companhias de seguro, várias outras emprêsas financeiras. Entre os pagamentos constam: fôlhas de pagamento, juros, dividendos, aluguéis, retiradas de negócio, impostos,

(24) National Bureau of Economic Research, *Stepping Stones Towards the Future*, 27th Report of the National Bureau, New York, 1947.

construções, consumo de bens e serviços, lucros de seguro, prêmios de seguro, donativos, subsídios e contribuições.

No trabalho já publicado pelo Departamento de Comércio dos EE.UU.: "Survey of Current Business", é feita classificação mais simplificada, nos seguintes setores:

Empresas,
Govêrno,
Resto do Mundo,
Consumidores,
Conta de Capital.

Para um país como o Brasil, onde, até agora, nada foi feito, talvez possam os dois problemas, do fluxo de pagamentos e de renda nacional, ser abordados com vantagem em conjunto.

Para os fins de ilustração do presente trabalho, organizamos um "Esquema" dos principais aspectos a serem considerados na renda nacional. Não se trata de um programa da mesma natureza dos que acima mencionamos. Tem o nosso gráfico o objetivo de esclarecer principalmente a questão da formação da renda nacional e as relações desta com o fluxo de pagamentos, indicando ao mesmo tempo os vários pontos do fluxo de pagamentos em que pode ser feita a operação de medida.

Nos Estados Unidos foi decidido que a medida de renda no ponto da circulação em que os indivíduos são pagos pelos seus serviços, permite a obtenção dos melhores resultados. Tal estimativa tem que ser forçosamente baseada no quarto e segundo métodos apresentados no n.º XI e no nosso "Esquema". (25)

(25) Ob. cit., (4) pág. 14.

Na Inglaterra, ⁽²⁶⁾ no julgamento de COLIN CLARK, também as estimativas mais precisas e completas poderiam ser obtidas por meio de estatísticas de pagamentos realizados aos indivíduos.

Para cada sistema econômico será encontrado caminho mais seguro e menos trabalhoso. Para melhor esclarecer a diferença entre o fluxo de pagamentos e as parcelas componentes da renda nacional, aspecto êsse que não pôde ser incluído no esquema principal que apresentamos, fizemos outro que denominamos: "Conta Simplificada de Receita e Despesa dos consumidores", tratando do consumidor em relação às suas receitas, despesas e parcelas formadoras de renda. Como êste, poderíamos organizar outros para os vários setores em que subdividíssemos a economia nacional. Para o objetivo do presente artigo seria, porém, sem maior interêsse essa repetição.

O estudo minucioso dessas relações e a utilização de um sistema de contabilidade nacional dão-nos meio seguro de evitar a dupla contagem. A eliminação da dupla contagem de uma parcela na renda nacional depende muito da separação que se faz entre produção final destinada a consumo ou investimento e produção intermediária destinada a contribuir para outras produções. Essa distinção, que à primeira vista, pode parecer fácil, é, na realidade, bastante delicada, e do excesso de deduções podemos cair no êrro contrário de omitir uma parcela que deveria figurar na renda nacional. Para cada sistema econômico nacional e dependente dos recursos estatísticos haverá um ponto em que melhor se fará a avaliação da renda. Essa escolha está também inteiramente ligada às questões que tratamos no n.º XI: classifica-

(26) COLIN CLARK, *National Income and Outlay*, Mc Millan & Co., Londres, 1938, pág. 149.

ção e método de cálculo. Esperamos que o nosso "Esquema Ilustrativo da Formação e do Cálculo da Renda Nacional" possa dar uma visão de conjunto sobre todos esses aspectos.

XIII

RENDA NACIONAL E PREÇOS

Além dos problemas do sincronismo das medições para obtenção do total de um só ano, decorrentes da impossibilidade material de um cálculo livre de duplicação, aparecem outros decorrentes de variações nos preços do mercado. Estes, embora sendo o melhor meio para obtenção de um valor total da renda nacional, que comporta bens e serviços das mais variadas espécies, representa ainda uma base muito imperfeita pois se verificam variações de um ponto a outro de um território nacional e variações de uma época para outra.

Os totais de renda nacional, conforme são usualmente obtidos, estão, pois, deturpados pelas variações da base de cálculo. O total que queremos obter deveria, tanto quanto possível, ser independente das variações nos preços do mercado.

Como isso não é possível, procura-se calcular uma renda nacional real, tentando corrigir os resultados obtidos para cada ano por um índice que nos dê novo total, correspondente à mesma produção avaliada aos preços de um ano-base arbitrariamente escolhido. A dificuldade de composição desse índice é grande uma vez que na renda nacional entram tanto bens de consumo como de produção, serviços e rendimentos de capital e ainda outros itens. Todos esses grupos sofrerão provavelmente variações relativas diferentes.

Existem, já organizados na maioria dos países, índices de preços por atacado, de preços no varejo e de custo de vida. Nenhum desses, isoladamente, serve no entanto para o fim que desejamos. Com efeito, se utilizássemos um índice de custo de vida, estaríamos admitindo implicitamente o objetivo de aplicar toda a renda nacional em consumo ou de calcular a capacidade virtual de consumo que ela representa. Consistiria, pois, esse método em avaliar o poder de consumo da renda nacional. Em situação oposta, estaríamos, se utilizássemos um índice de preços por atacado. Nenhum dos dois parece, no entanto, razoável e talvez em sua combinação possamos encontrar caminho mais satisfatório, embora mais difícil. As dificuldades encontradas em um estudo de índices com essa finalidade são grandes e as seguintes observações da publicação oficial americana *National Income*, 1929-35, ⁽²⁷⁾ são bastante ilustrativas:

“Infelizmente os índices de preços disponíveis não são suficientemente representativos para justificarem o seu uso para correção das influências dos preços nas estimativas de renda. O índice de preços por atacado do “Bureau of Labor Statistics” representa apenas mercadorias, enquanto as estimativas de renda produzida incluem valores correspondentes tanto aos serviços prestados como às mercadorias produzidas. O índice de custo da vida, da mesma repartição, cobre apenas salarizados urbanos e dificilmente pode ser considerado como representativo do índice de custo de vida de todas as pessoas”.

(27) Ob. cit. (4).

Os totais de renda nacional a preços constantes são, portanto, a se considerar com reservas.

XIV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos detalhados de renda nacional e conceitos derivados são relativamente recentes e vinham se realizando somente na meia dúzia de países que se encontram sempre na vanguarda do desenvolvimento científico. Hoje, tendem a generalizar-se.

Os serviços prestados pelos resultados dos estudos dessa natureza ao programa econômico-financeiro de guerra, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, consolidaram definitivamente a posição que o conceito de renda nacional vinha adquirindo no seio da ciência econômica aplicada.

Essas estimativas são de fato as medidas mais concisas e ao mesmo tempo mais completas da atividade econômica de um país.

Ao se lançar mão de estatísticas de renda nacional, é preciso ter-se em vista, no entanto, que vários são os conceitos sobre os quais se baseiam êsses cálculos e inúmeras são ainda as suas limitações e imperfeições, conforme tivemos ocasião de verificar nas linhas acima. (28)

(28) SIMON KUZNETS, ob. cit. (3), pág. 139, assim termina:

Like all social measurement, national income estimates will never be beyond criticism on the score of reliability or completeness of coverage, or beyond dispute as to the validity of underlying assumptions. But this, of course, is no reason for not using them now, or for not continuing work on their extension and improvement in the future. Despite all their imperfections, the estimates are indispensable for taking a broad view of the economy; and for testing in the light of a record of the past and the immediate present the ever changing theories of economic behavior, diagnoses of economic problems, and pleas for economic reform. It is not unreasonably sanguine to hope that continuation, extension, and refinement of these estimates will assure an even greater contribution to a better understanding of economic life and to a more intelligent handling of the various problems that find their roots in the workings of the economy".

QUADRO I

Resumo do cálculo da renda nacional com os serviços do Governo calculados pelo custo e exclusive juros da dívida pública.

<i>Recebimentos</i>	<i>Aplicações</i>
Pagamentos aos fatores da produção: salários, ordenados etc. (inclusive os pagos pelo Governo) + juros + dividendos + retiradas. (1)	Consumo de bens e serviços produzidos pelo setor privado.... (3)
	Investimento líquido no país pelo setor privado. (4)
	Investimento no exterior, idem. (5)
Economias não distribuídas das empresas privadas. (2)	Financiamento líquido do Governo pelos fatores da produção sob a forma: impostos diretos (6) + operações de crédito (7) — juros da dívida pública (8). (9)
Renda líquida pelos fatores da produção. (A) = (1) + (2)**	(A) = (3) + (4) + (5) + (9)*
Impostos indiretos. (10)	(B) = (A) + (10) + (15) — (16) ou, de outra forma, lançando mão da igualdade fundamental do n.º IX, vem:
Resultados das empresas industriais do Governo (15)	(B) = (3) + (4) + (5) + (11) + (12)**
Subsídios pagos pelo Governo.. — (16)	(11) é o valor líquido da produção do Governo.
Renda líquida aos preços do mercado.. (B) = (A) + (15) — (16)**	(12) é o consumo intermediário do Governo.
Conservação do capital..... (13)	+ (13)
Produto nacional bruto aos preços do mercado.... (C) = (B) + (13)**	(C) = (3) + [(4) + (13)] + (5) + (11) + (12)**

* Essa distribuição não é em geral apresentada.

** Como é habitualmente apresentado.

Mais explicações sobre as convenções, no texto do n.º IX.

QUADRO II

Resumo do cálculo da renda nacional com os serviços do Governo pelo custo e inclusive juros da dívida pública

<i>Recebimentos</i>	<i>Aplicações</i>
Renda líquida, conforme anteriormente calculada (Quadro I)... (A)	Total conforme Quadro I..... (A)
Juros da dívida pública..... (8)	Juros da dívida pública..... (8)
Renda líquida pelos fatores da produção..... (A') = (A) + (8)**	(A') = (3) + (4) + (5) + (6) + (7)*
Impostos indiretos (10)	
Resultados das empresas industriais do Governo (15)	
Subsídios pagos pelo Governo.. — (16)	
Renda líquida aos preços do mercado.. (B') = (A') + (10) + (15) — (16)**	(B') = (B) + (8) = (3) + (4) + (5) + (11) + (8) + (12)*
Conservação do capital (13)	
Produto nacional bruto aos preços do mercado..... (C') = (B') + (13)**	(C') = (3) + [(4) + (13)] + (5) + [(11) + (8)] + (12)**

* Essa distribuição não é em geral apresentada.

** Como é habitualmente apresentado.

Mais explicações sobre as convenções, no texto do n.º IX.

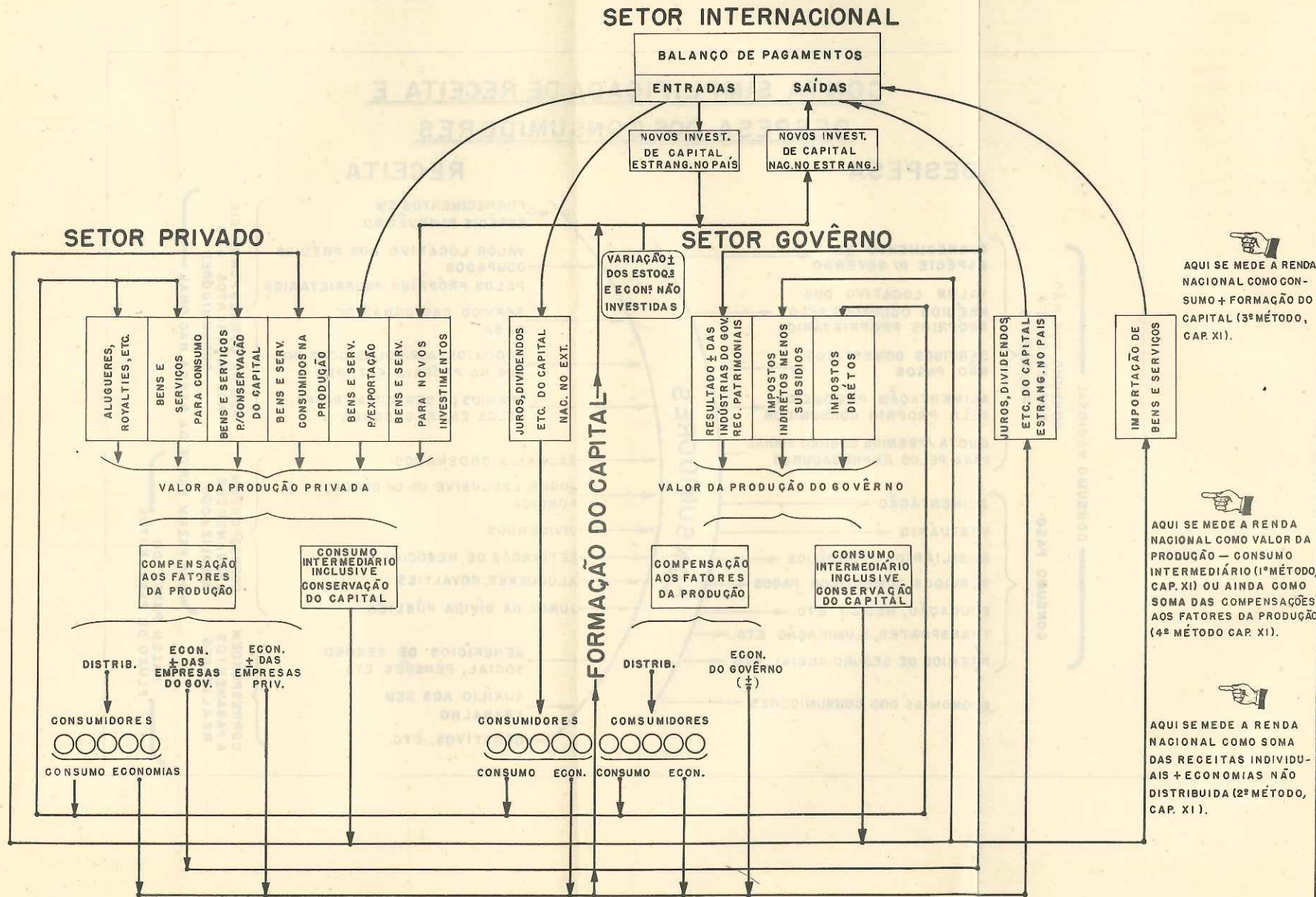
QUADRO III

Resumo do cálculo da renda nacional com os serviços do Governo avaliados "pelos pagamentos" (método de KUZNETS).

<i>Recebimentos</i>	<i>Aplicações</i>
Renda líquida pelos fatores da produção conforme Quadro I.... (A)	Consumo conforme Quadro I.. (3)
Juros da dívida pública (8)	Investimentos no país, Idem.... (4)
Economias do Governo: investimentos em obras públicas etc. (12a) menos operações de crédito. — (7)	Investimentos no exterior. Idem. (5)
Renda líquida pelos fatores da produção.. (A'') = (A) + (8) + (12a) — (7)**	Impostos diretos como valor dos serviços do Governo ao consumidor. (6)
	Investimento em obras públicas. (12a)
	(A'') = (3) + (4) + (5) + (6) + (12a)**
Conservação do capital (13)	+ (13)
Produto nacional bruto. (D'') = (A'') + (13)**	(D'') = (3) + [(4) + (13)] + (5) + (6) + (12a)**

** São habitualmente apresentadas. Mais explicações sobre as convenções do texto, no n.º IX.

ESQUEMA ILUSTRATIVO DA FORMAÇÃO E DO CÁLCULO DA RENDA NACIONAL



CONTA SIMPLIFICADA DE RECEITA E DESPESA DOS CONSUMIDORES



S U M M A R Y

NATIONAL INCOME

The treatment of the National Income Estimates in this article begins by pointing that no final and complete definition can be given. There are so many kinds of activities included in the estimates and so many statistical sources of information have to be used that studies of National Income may be better followed by successive approximations. As a first step to the explanation of the subject, National Income is defined as the "sum of receipts of individual units which form the National Economy" or, from another point of view, as the "net value of the economic production of a country".

The validity of the concept thus defined is not discussed, the author considering that the practical applications of the measurements already made have been such that this theoretical discussion has lost its meaning.

The author then proceeds to the consideration of the first problem of estimating National Income, which is: activities to be included or excluded. The concepts of economic and non-economic activities and of transfer payments are reviewed and general limitations established to the extent of the estimates.

A first distinction between totals being used to represent National Income is described as a result of the consideration of savings of enterprises. Income produced and income paid out differ by the amount of enterprise savings. A third total is defined as a result of income paid out less private savings, corresponding to what may be called national consumption.

The main points of divergence between National Income estimators are then resumed in the following groups:

- a) definition of "economic" activity and extent of activities included in the estimates;*
- b) geographical limits and residence concept;*

- c) *significance of "net" value of production including two aspects, the first depending on the consideration of indirect taxes and the second depending on capital consumption.*
- d) *interpretation of government activities.*

The considerations of itens a, b and c refer only to the private section of a National Economy. All government problems are studied as a whole in item d.

The subject of item a which was already mentioned in the beginning is studied with more detail.

The study of residence and international payments problems results on the distinction of at least two different totals for the National Income; the first corresponding to what is produced inside the country (or domestic income) and the second including income from outside the country. Income exported and produced in the country by individuals of other countries or foreign capital may be or may be not included in the above totals. It is mentioned in the end of the chapter that the second total is the basic concept used throughout the article.

The Author, detailing the concept, proceeds by considering the significance of indirect-taxes in connection with the interpretation of the expression "net production" which appears in most of the general definitions. The deduction of indirect-taxes in the process of computation of the net value of production of an enterprise leads to a total which is called National Income at Factor Cost. If deduction of indirect taxes is not made a "market prices" total is obtained. The question of government subsidies supplied to private enterprise is also considered in connection with the two above totals.

The last point of divergence considered is the utilization of capital for production. The problems arising from the use — and in consequence the wear, depletion and obsolescence — of capital equipment give place to one further subdivision of Natural Income totals: gross and net. The difference between the two resulting from the deduction of capital consumption allowances for the computation of net production. If capital consumption is deducted a net national income is obtained and

if on the contrary no allowance is made, a Gross National Income or Gross National Product is the result. Practical problems of estimate are considered and the difficulty of estimating capital consumption is stressed.

Governmental Services are treated as a whole and separately from the private section of the National Economy. The difficulties resulting from financing of Government expenditures which depend mainly upon political trends and the inexistence of market prices for Government services lead to two different approaches to the estimate: "cost" and "payments" methods.

These two principal points of view on Government activities are then reviewed in detail. The method generally used and the KUZNET'S method are compared.

Having presented the various particular angles from which the question may be examined, the author makes a tentative consolidation of these limited questions, and makes a "resumé" of the most significant totals used today. Tables I, II and III represent a trial of a simplified comparasion of these various totals. They also aim to show the various estimates differ and how it is possible to obtain one from the other, if sufficient statistical information is available and if results are conveniently presented.

The next chapter covers the methods of computation. The practical problems of measurement are then outliend and various classifications of the resulte of Income estimates are indicated. The interrelation of methods of computation and forms of classification desire is stressed.

To this follows a short study of the relations between partial itens of income and payments entering the National Income totals and the circular flow of goods and money inside a country and also resulting from international transactions.

To further explain these relations a special diagram was organized, on which a simplified flow of goods and money is shown and attention is called to the parts entering national income estimates.

The last subject treated in the article is the relationship between income and prices and the necessity of estimating a

Real National Income at Constant Prices. The special characteristics of a price index capable to give complete satisfaction to the need for correction of national income totals are reviewed.

The author finishes by mentioning KUZNET'S opinion that notwithstanding the limitations and shortcomings described throughout the article, these estimates are indispensable for taking a broad view of a Nation Economy and that like all social measurements, these estimates will never be beyond criticism, but this is not a reason for not using them and for not continuing to work on their extension and improvement in the future.

R E S U M E'

REVENU NATIONAL

L'auteur déclare tout d'abord que le revenu national ne saurait faire l'objet d'aucune définition à la fois précise et décisive. Il y a tant d'activités intéressées dans l'évaluation du revenu national et tant de documents statistiques à consulter que la clarification du concept lui-même ne peut relever que de la méthode des approximations successives.

On peut définir le revenu national comme "la somme des revenus des unités individuelles qui composent l'économie nationale"; ou encore, d'un autre point de vue, comme "la valeur nette de la production d'un pays". L'auteur n'entend pas contester l'intérêt de ces définitions, mais il pense qu'étant donné le développement qu'ont pris en ce domaine les applications pratiques et les calculs statistiques, toute discussion théorique sur la notion même de revenu national se trouve d'ores et déjà dépassée.

L'auteur envisage donc le premier problème que pose l'évaluation du revenu national: le départ à faire entre les éléments qui doivent être inclus dans le calcul et ceux qui en doivent être exclus. L'auteur évoque la distinction des activités économiques et des activités non économiques et le problème des transferts de revenus. Il définit les marges entre lesquelles évoluent les diverses techniques d'évaluation.

Entre le total du "revenu produit" et celui du "revenu distribué" il y a une différence, égale aux économies qu'ont réalisées les entreprises au cours de l'année. Un troisième total, égal au revenu distribué moins les économies réalisées par les consommateurs, constitue ce que l'on appelle le "revenu consommé".

Les principales divergences entre les divers modes de computation du revenu national se rattachent aux éléments suivants:

- a) Définition des "activités économiques". Extension des activités qui doivent être comprises dans le calcul;
- b) limites géographiques. Conception de la résidence;
- c) signification de l'expression "valeur nette (anglais: liquid) de la production". A cet élément se rattachent deux difficultés, l'une relative à la prise en considération des impôts indirects et l'autre relative à l'amortissement du capital;
- d) évaluation des activités du gouvernement.

Les points a, b, et c se rapportent exclusivement au secteur privé de l'économie nationale. Toute l'activité du gouvernement est étudiée sous la lettre d.

Le point a, qui a déjà été évoqué au début de l'article, fait alors l'objet d'une discussion plus détaillée.

La prise en considération des problèmes de résidence et des paiements internationaux conduit à deux évaluations possibles du revenu national: le premier total correspond à la valeur de ce qui est produit dans le pays et le second comprend en outre les revenus provenant de l'extérieur. Le revenu produit dans le pays par des personnes ou par des capitaux étrangers et qui est ensuite transféré à l'extérieur peut-être ou non compris dans chacun de ces deux totaux. Des deux, c'est le second qui a la préférence de l'auteur, et qui sert de base à son étude.

La question des impôts indirects est ensuite envisagée. Leur déduction pour le calcul de la "valeur liquide" produite aboutit à un nouveau total du revenu national évalué au "coût de facteurs". Si la déduction des impôts indirects n'est pas

faite, on obtient un total dit "aux prix du marché". Les subsides accordés par le gouvernement aux entreprises posent également un problème — que l'auteur envisage par rapport aux diverses conceptions du revenu national.

Reste la question de l'usure des biens capitaux. Elle donne lieu à la distinction du revenu national brut et du revenu national net (anglais: liquid). Si l'on déduit l'amortissement du capital, on obtient le revenu national net. Si l'on n'opère pas cette déduction, on a le revenu national brut. Restent des problèmes pratiques de calcul: il est difficile d'évaluer l'usure du capital.

Les services du gouvernement sont traités en bloc, à part du secteur privé de l'économie nationale. Les difficultés que soulèvent les dépenses faites par le gouvernement (souvent sous l'influence d'entraînements politiques) et l'absence de prix de marché pour ses services ont conduit à deux méthodes différentes de calcul: le système dit "du coût", et celui dit "des paiements". Aux méthodes qui sont généralement utilisées, l'auteur compare celle de KUZNETS.

L'auteur tente alors un regroupement de ses conclusions. Trois tables sont présentées, qui constituent un essai de comparaison simplifiée des divers modes de computation du revenu national. Elles visent à faire clairement apparaître les différences entre les divers totaux, et à ainsi permettre le passage de l'un à l'autre, pourvu que l'on dispose des informations statistiques requises.

Le chapitre suivant traite des méthodes de calcul, expose les problèmes pratiques de mesure en relation avec les diverses classifications des revenus. L'auteur insiste sur cette idée que les procédés de calcul sont subordonnés aux rubriques que comportent les classifications.

Suit une brève étude sur les relations entre divers éléments du revenu national et sur le circuit des biens et de la monnaie à l'intérieur d'un pays et dans ses relations avec l'extérieur. L'auteur présente un diagramme qui figure de façon simplifiée la circulation des produits et celle de l'argent, et qui met en valeur les points les plus intéressants pour le calcul du revenu national.

L'auteur envisage en dernier lieu le problème que posent, pour la mesure du revenu national, les variations du niveau

général des prix. Il montre la nécessité de calculer le revenu national en usant de prix constants; il définit les caractéristiques spéciales auxquelles doit obéir un indice des prix pour répondre parfaitement aux exigences des corrections qu'impliquent les évaluations du revenu national.

KUZNETS pense que ces évaluations — en dépit de leurs défauts, qu'a signalés le présent article — n'en demeurent pas moins indispensables pour que l'on puisse avoir une vue d'ensemble de l'économie d'une nation. Certes, comme tout calcul social, celui du revenu national ne sera jamais à l'abri des critiques. Ce n'est pas une raison pour nous abstenir d'en faire usage dès maintenant, sauf à travailler à le rendre plus judicieux et plus précis dans l'avenir.